

A "máquina do empreendedorismo": Teatro do Oprimido e educação crítica em tempo de crise

Inês Barbosa¹

Fernando Ilídio Ferreira²

Resumo: O empreendedorismo tem vindo a instalar-se como discurso dominante, através da produção e difusão de uma série de narrativas que se interligam - "o emprego é coisa do passado", "não podemos estar amarrados ao Estado", "o que conta é a atitude", "o desemprego é uma oportunidade" - e da sua transposição para as políticas públicas, para as escolas, para as organizações não-governamentais, para as universidades. Este artigo, inserido numa investigação ativista e enquadrada numa perspetiva de sociologia pública e educação crítica, procura, através de uma iniciativa com o Teatro do Oprimido, contribuir para desconstruir a "máquina do empreendedorismo", em particular em contexto de crise: as suas estratégias e objetivos, mas também as suas contradições. Argumenta-se que esta ideologia do empreendedorismo tem contribuído para uma reconfiguração das formas de exploração, dominação e controlo, na sociedade e, em particular, nos mundos do trabalho e da escola.

Palavras-chave: educação, empreendedorismo, Teatro do Oprimido.

Introdução

"Há três palavras da moda que não uso: empregabilidade, excelência e empreendedorismo. Palavras ocas." (António Nóvoa, entrevista, revista Expresso, 31.08.2013)

O educador e ex-reitor da Universidade de Lisboa proferiu esta afirmação no contexto de uma reflexão sobre as consequências da crise e da austeridade no meio académico e na sociedade em geral. Como outros vocábulos da moda, os termos "empreendedorismo", "excelência" e "empregabilidade" têm vindo a impregnar os discursos correntes sobre a economia, o trabalho, a educação e outras esferas da vida social. São conceitos ociosos e, à

¹ Centro de Investigação em Estudos da Criança. Instituto de Educação da Universidade do Minho.

² Centro de Investigação em Estudos da Criança. Instituto de Educação da Universidade do Minho,

primeira vista, estéreis para a construção de um pensamento alternativo à crise económica, social e política; no entanto, a sua análise crítica permite mostrar que as mesmas estão interrelacionadas e carregadas de significado político.

Em Portugal, o discurso do empreendedorismo, apesar de não ser novo, tem-se disseminado recentemente por vários contextos, de diversas formas e com diferentes implicações: nas 'políticas de incentivo'; nas escolas e universidades; nos programas e projetos de organizações não-governamentais (ex. programa Escolhas); nos cursos para ingresso em ordens profissionais (ex. Ordem dos Psicólogos); na inserção da educação para o empreendedorismo no currículo escolar.

As crianças e os jovens têm sido alvos prioritários deste discurso e das políticas que o alimentam. Incutindo desde cedo uma "cultura empreendedora" (DGIDC, 2007), vários cursos e *workshops* têm sido organizados para crianças, inclusive para bebés, propondo-se estimular as competências consideradas necessárias: iniciativa, resiliência, autonomia, competitividade, etc.. Em 2014, assistiu-se, até, ao lançamento, por um fabricante de brinquedos, da "Barbie Empreendedora"; e, nas escolas, circula o livro infantil "O senhor empreendedorismo", editado pela primeira vez em 2012, que ensina as qualidades de um líder. Porém, o principal alvo têm sido os jovens. Sendo o grupo social mais afetado pelo desemprego e um dos mais condicionados pela descoincidência entre as expectativas e os percursos de vida (Pais, 2012), os jovens são quem pode acolher com mais vigor as promessas do empreendedorismo.

Nos processos de produção e legitimação de discursos ideológicos, as palavras não são ocas; pelo contrário, estabelecem relações de poder e dominação. É a partir deste ponto de vista que neste artigo lhes é dada uma especial atenção, por meio de uma análise crítica do discurso do *empreendedorismo* e, mais precisamente, do *empreendedorismo em tempos de crise*. O artigo é fruto de um projeto de investigação (em curso) sobre a crise e a austeridade na sociedade e na educação, desenvolvido numa perspectiva de investigação-ação radical e ativista (Schostak, 2008; Hale, 2008), de uma sociologia pública e militante (Burawoy, 2006) e de uma educação crítica (Mc Laren, 2007; Giroux, 2011).

Parte-se de uma experiência concreta do Núcleo de Teatro do Oprimido (NTO) de Braga, Portugal, realizada em parceria com outros grupos e movimentações sociais. O Teatro do Oprimido é uma metodologia de intervenção política, educativa e social, criada por Augusto Boal no início dos anos 1970, no contexto da ditadura brasileira (Boal, 2009; 2010). De cariz marxista e tendo como grandes influências Bertolt Brecht e Paulo Freire, este teatro tem como objetivo contribuir para a *conscientização*, através do diálogo crítico, criativo, coletivo e comprometido. Partindo dos jogos e exercícios teatrais e das diferentes técnicas, procura evidenciar e analisar os

mecanismos de opressão e as estruturas de poder existentes, com o objetivo de as transformar num sentido emancipatório.

No plano metodológico, para além da análise dos registos (fotografias, vídeos, notícias de jornal e notas de campo) relativos à experiência do NTO, são mobilizados excertos do diário de bordo referentes à terceira edição da palestra "O capital da juventude", organizado pelo LiftOff – Gabinete do Empreendedor da Associação Académica da Universidade do Minho – e realizado no dia 19 Março de 2014. Procede-se também à análise do guia 1º Emprego, da revista Fórum Estudante, e dos guiões sobre Educação para o Empreendedorismo organizados pela Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.

O facto de partir da experiência de um grupo – NTO – pressupõe que, em determinados momentos do texto seja dado uso à terceira pessoa do plural – "nós" –, não na forma de escrita académica convencional, mas por respeito à criação coletiva das ideias e intervenções.

1. A "Máquina do Empreendedorismo": cronologia de um processo

"Lembro-me quando começamos com esta coisa do empreendedorismo, achamos estranho, não está a cair bem, mas porquê, porquê? E é esse porquê que nos leva a essa busca." (Tatiana, membro do NTO Braga, grupo focal)

O ponto de partida da investigação sobre o "empreendedorismo" surgiu durante o Óprima – Encontro de Teatro do Oprimido e Ativismo³, realizado em Fevereiro de 2013 em Braga, cidade onde aparentemente decorreria um "surto de empreendedorismo"⁴, em virtude da proliferação de start-ups e do convénio universidade-autarquia em torno das 'políticas de incentivo'. O encontro organizado atualmente por quatro grupos de diferentes pontos do país - Núcleo de Teatro do Oprimido de Braga, Associação Tartaruga Falante (Porto), Marcha Mundial das Mulheres (Lisboa) e Plataforma Ghetto/KSK Arrentela (Seixal) - reúne anualmente dezenas de jovens de diversas áreas de intervenção política e social para discutir o Teatro do Oprimido enquanto ferramenta ativista.

³ O primeiro encontro foi organizado em Lisboa, em 2012, ainda sem participação do NTO Braga. Em 2014 realizou-se na Arrentela e em 2015 terá lugar no Porto.

⁴ A expressão "surto de empreendedorismo" foi utilizada pela jornalista Fátima Campos Ferreira, na abertura da edição do Prós e Contras, "De Braga para o mundo", 06.10.14.

A ideia da “máquina do empreendedorismo” como performance teatral surgiu durante uma oficina de teatro-fórum com Julian Boal⁵ e no contexto de um exercício, denominado sequência alegórica de análise, que tem como objetivo analisar determinado problema ou conceito através da linguagem metafórica. No caso do nosso grupo, a escolha recaiu sobre o “empreendedorismo em tempos de crise.” Servindo-nos do som, da imagem e do ritmo, teríamos de responder a seis perguntas: onde estão as relações de poder? Quais as estratégias utilizadas para perpetuar esse poder? Quem beneficia ou tira vantagem? O que esconde esse conceito? Qual a raiz do problema? E onde estão as suas contradições?

No seguimento da construção dessa máquina alegórica iniciámos um projeto de pesquisa utilizando diferentes linguagens e em diferentes âmbitos, em articulação com o grupo de Teatro do Oprimido do Porto (Tartaruga Falante), com a Associação Precários Inflexíveis e com a Plataforma “Que se lixe a Troika”. A “Máquina do Empreendedorismo” foi apresentada logo no mês seguinte, no dia 2 de Março de 2013, numa manifestação convocada pela plataforma “Que se lixe a Troika” e mais tarde, em Agosto do mesmo ano, na *Semana da Juventude*⁶, servindo de mote para um debate político sobre o assunto.

A sequência alegórica de análise deu também impulso à construção de uma peça de teatro-fórum, ainda durante o *Óprima*, resultante de uma colaboração entre os grupos de Braga e do Porto. A peça – M.E.T. 2 – cuja sigla significa “Mexe esse traseiro ao quadrado”⁷ – associa o discurso do empreendedorismo aos fenómenos da precariedade, do desemprego juvenil e da exploração laboral, exacerbados no contexto da crise.⁸

A crítica voltou a impor-se num protesto/performance organizado para 1 de Maio de 2013, dia dos trabalhadores, em resposta a declarações de Miguel Gonçalves, 35 anos, natural de Braga e, então, embaixador do programa do Governo - “Impulso Jovem” – de incentivo à criação do seu próprio negócio. Em declarações ao jornal I, Miguel criticava os estudantes que diziam não ter como pagar as propinas, afirmando que “até a vender pipocas se arranja 100 euros por mês”⁹. Na mesma entrevista, declarava que o desemprego era um “mito” e que “muitos dos desempregados estão desem-

⁵ Curinga de Teatro do Oprimido e investigador, encontrando-se a realizar uma história política desta manifestação teatral no mundo.

⁶ Organizada pelo Conselho Municipal da Juventude e pela Fundação Bracara Augusta.

⁷ Essa expressão foi utilizada durante uma sessão da Associação Nacional de Jovens Empresários.

⁸ A peça tem ‘rodado’ por vários pontos do país (e também fora dele), agora em articulação com os Precários Inflexíveis – Associação de Combate à Precariedade, que têm estado presentes nas sessões, divulgando o seu trabalho e respondendo a algumas dúvidas do foro legal.

⁹ <http://www.ionline.pt/artigos/portugal/miguel-goncalves-muitos-dos-desempregados-nao-querem-trabalhar-ou-sao-maus-faze-lo>.

pregados porque, ponto número um, não querem trabalhar e, ponto número dois, são maus a fazê-lo."

Não havendo nenhuma concentração marcada para Braga nesse dia, o NTO juntou-se à plataforma "Que se lixe a Troika" e convocou um protesto, pelas redes sociais, apresentando uma performance surpresa. Nesta intervenção, vários elementos do grupo, engravatados, distribuíram sacos de pipocas junto com um manifesto onde, para além das declarações de Miguel Gonçalves e das estatísticas do desemprego, da emigração, da precariedade e do abandono escolar, se apontava a "desresponsabilização do Estado" e a "culpabilização do indivíduo" que este tipo de discurso evocava.

A síntese destas iniciativas ocorreu em Fevereiro de 2014, com a organização do Encontro "Juventude, trabalho e futuro", onde, para além da apresentação da peça M.E.T.2, se dinamizou um *workshop* - "Imagens e sons da crise" -, um debate - "O que é preciso é sermos empreendedores?" - e uma sessão de esclarecimento sobre a nova lei de recibos verdes com a participação dos Precários Inflexíveis.

2. A ideologia empreendedora: requiem para uma reestruturação da sociedade

"Eu não contrato pessoas casadas ou com filhos. Se não tiverem namorado melhor ainda. Malta nova não tem vícios. Gosto de pessoas obsessivas: que chegam às 9h30 e às 9h30 da noite ainda lá estão. Em vez de irem pro café jogar sueca." (Miguel Gonçalves, 19.03.14)

Estas palavras foram ditas na terceira edição do seminário "O Capital da Juventude", na Universidade do Minho, perante um auditório repleto de centenas de estudantes que não manifestavam qualquer tipo de reação ao que ouviam. Miguel Gonçalves trazia para a nossa reflexão, sem o saber, vários elementos que se interligam quando falamos de "empreendedorismo" e que permitem perceber o modo como essa *máquina* funciona.

O primeiro componente reside na própria palavra. A linguagem está longe de ser neutra (Bourdieu, 1996; Breton, 1999), assumindo funções ideológicas e estabelecendo relações de poder e dominação. O discurso não apenas reflete as relações sociais, como também as constrói. É do que se trata quando falamos de empreendedorismo. A sua repetição no espaço institucional, político, mediático, tem causado o efeito de evidência, inevitabilidade, naturalização, entranhando-se sedutoramente nas subjetividades dos

indivíduos. Ainda que historicamente (Costa, 2011) lhe esteja associado uma conceção de “self made man” – o impulsionador da ideia e criador da empresa -, o conceito de empreendedor remete, cada vez mais, para uma atitude (ser empreendedor) em detrimento de uma condição (ser proprietário ou ter um emprego por conta própria). Ou seja, “empreendedores” podem ser todos aqueles que, não detendo os meios de produção, desempenham as suas tarefas na empresa, agora não no registo de “trabalhadores” mas de “colaboradores”.

A “malta nova” parece ser o grupo mais permeável a este discurso. Para Luís Fernandes (2013:117), as razões são óbvias: são o grupo social mais afetado pelo desemprego e, por outro lado, “são quem melhor pode apreender tal receita, dada a menor cristalização de hábitos adquiridos”. Uma receita da qual fazem parte, os tais “vícios” de que Miguel Gonçalves falava, as – para ele – estranhas exigências de trabalhar oito horas por dia, de ter folgas semanais, de receber subsídios de férias e de faltar quando se está doente. A legitimação dos processos de precarização e exploração laboral (Soeiro, 2014) revelam-se assim como outra das consequências – ou objetivos – desta *máquina do empreendedorismo*.

A crise veio acentuar o problema. Vivemos numa época marcada pela neblina do medo e da insegurança, em que o ter ou não ter trabalho ocupa um lugar central na forma como regemos as nossas vidas e concebemos o futuro (Estanque et al, 2013); e encontramos-nos numa situação de “vulnerabilidade de massa” (Castel, 2003). Neste contexto, a precariedade tornou-se num modo de “dominação do tipo novo”, “fundado na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração” (Bourdieu, 1998: 75).

Para Zizek (2012: 19), “explorados não são só aqueles que produzem ou ‘criam’, mas também (e principalmente) os condenados a não ‘criar’”. Mc Laren (2007:33) reforça: hoje há milhões de potenciais trabalhadores que “gritam para as empresas: ‘Por favor, explorem-nos!’. Rejeitados pelo capitalismo, constituem um ‘novo exército de reserva do capital que foi despromovido para o posto de indigno, até de exploração”. Entre a impossibilidade de ter emprego e a possibilidade de o ter, submetendo-se às mais condenáveis regras, a maioria das pessoas parece optar pela segunda hipótese.

O “elogio do empreendedorismo” tende a concentrar a explicação para estes fenómenos nos défices dos indivíduos, em termos de qualificações, de competências e, sobretudo, de disposições (de iniciativa, de correr riscos, de ser resiliente...) (Soeiro, 2014). Sobre as relações entre linguagem, discurso e ideologia do empreendedorismo, Costa (2010: 257) salienta que o “discurso do fracasso é produzido de forma silenciosa sobre a forma do improdutivo, do estéril, da preguiça, da desqualificação profissional”. Neste sentido, o mesmo autor adianta: “os discursos apresentam aspectos de con-

trole social, onde realidade, ideologia e ficção se misturam e são disseminados nas histórias de sucesso" (p. 257).

Recorrendo a Gramsci, Souza (2006: 219) alerta para a forma como o discurso do empreendedorismo se implantou na sociedade, considerando que ele integra processos racionais mas também não-rationais, como a fé, sendo esta, aliás, o elemento mais importante para a difusão e implantação do senso comum. A ideia de sonho e esperança promovida pelas histórias de sucesso, combinada com a conjuntura atual, torna-se o composto necessário para a profusão de discursos como estes: "o desemprego é uma oportunidade"; "o que é preciso é sermos empreendedores". Como refere Soeiro (2013: 11), ao serviço da ideologia dominante, estas narrativas tornam-se assim formas de opressão assentes numa espécie de "violência simbólica", retomando o conceito instituído por Bourdieu.

Acresce que o capitalismo neoliberal investe num processo de descoletivização, num "programa de destruição metódica de coletivos" (Bourdieu, 1998: 82) para que possa lidar apenas com indivíduos – atomizados, isolados, amedrontados. O enfraquecimento das solidariedades coletivas observa-se na esfera laboral, mas também nos espaços de lazer e de cidadania. No entanto, e de um modo aparentemente paradoxal, as atividades de lazer e de intervenção cívica são bastante consideradas no processo de procura de emprego. Como afirmava o "Guia do 1º Emprego" (2014), na secção sobre elaboração do currículo: "deves valorizar as atividades extraprofissionais", "ocupação de tempos livres", "filiação em associações", "programas de voluntariado"; a "participação cívica demonstra comprometimento, iniciativa e altruísmo, que são características valorizadas na altura de contratar alguém." As mensagens são claras: "O teu currículo és tu!", "Próximo candidato? Tu!", "O palco é teu", "Vais conseguir!", "Mostra o que vales por toda a Europa!".

A experiência ligada ao lazer e à cidadania parece contar para os empregadores, mas encarada como instrumento de verificação das virtudes cívicas do "bom cidadão", obediente, disponível e colaborador. O incentivo à emigração europeia também é bastante evidente em todas as páginas da referida revista: "Será que posso voar mais longe?", "Devemos manter o espírito lusitano e à semelhança dos descobridores, partirmos à aventura e ao desafio". Na palestra do "Capital da Juventude", Miguel Gonçalves tinha ido mais além: "o melhor conselho que vos posso dar é pega na tua mochila e vai-te embora. O mundo é mais pequeno do que imaginam. Conhecer Cuba, Pequim...Vai experimentar trabalhar em Singapura. A cidade cheira a dinheiro."

Reportando ao estudo "Education to employment: getting Europe`s youth into work", desenvolvido pelo McKinsey Center for Government, o Guia 1º Emprego refere-se à "consciência comercial" como sendo a principal competência que os empregadores assinalaram sentir mais falta nos candi-

dados que entrevistam”; e explica: “É certo que na sociedade há quem pense que a função comercial é exclusiva a profissionais ligados à área de vendas. Errado.” (...) Qualquer profissional deve ser um vendedor sempre. “Vende a sua imagem e competências”, “vende internamente as suas ideias”, “trabalha para convencer clientes” (Fórum Estudante, 2014: 8).

A violência deste discurso, que objetifica o ser humano e o transforma em mercadoria é tão surpreendente quanto a normalização que dele decorre. Curiosamente, a ideia de “empreendedor” está veiculada à ideia de sujeito, dono do seu próprio destino, capaz de tomar a vida nas suas próprias mãos. Nesta aparente contradição, importa perceber quem é o sujeito/objeto que a educação para o empreendedorismo pretende contribuir para formar, em que contextos ela se estabelece e quais as suas repercussões.

3. “O produto és tu!” Educação para o empreendedorismo e novas formas de controlo

“Transforma a venda do teu produto! Qual produto?! O produto és tu! Não tens um preço! Tens o valor que as empresas te dão. Não podes parar! Produto parado é produto desvalorizado!” (cartaz, 27.02.2013)

Este cartaz, no qual pontificava a típica figura norte-americana do Uncle Sam, acompanhava pela frase que marcou o recrutamento militar americano na primeira guerra mundial, - *I want you!* - anunciava uma palestra organizada pela empresa ALENTO, em parceria com a Associação de Estudantes de Psicologia da Universidade do Minho. Foi recolhido e usado dias depois, durante a apresentação da “Máquina do Empreendedorismo”, na manifestação de 2 de Março, do “Que se lixe a Troika”.

A “educação para o empreendedorismo” foi inserida pelo Ministério da Educação e Ciência na Educação para a Cidadania, área não disciplinar transversal cuja aplicação está dependente da decisão das escolas (Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de julho). Nos anos recentes, a educação para o empreendedorismo tem entrado nas escolas por vias mais dispersas e, portanto, difíceis de cartografar. Estão referenciados programas elaborados por municípios (e.g., *Escolas Empreendedoras de Cascais*), por associações industriais (e.g., *Atelier Empreender Criança*) e por organizações sem fins lucrativos (e.g., *Junior Achievement Portugal*) (ver Chaves e Parente, 2011); e outros têm sido promovidos por empresas (e.g., *Mini Empreendedores*, da Science for You) Enfim, são inúmeras as iniciativas que sugerem uma aproximação escolas-autarquias-empresas, através de convénios e parcerias, revelando

uma adesão à palavra da moda – empreendedorismo – e à ideologia que ela propaga.

Em termos de políticas públicas, destaca-se o Projeto Nacional de Educação para o Empreendedorismo, iniciado em 2006 e reestruturado em 2009. O guia *Promoção do Empreendedorismo nas Escolas*, elaborado sob a alçada da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC, 2007), tendo como parceiro a empresa *Central Business* e baseando-se no *European Round Table of Industrials*, afirma que “foi precisamente para responder ao problema do desemprego que o tema do empreendedorismo apareceu” (p.5) Nesse sentido, visa “fomentar desde cedo nos alunos uma cultura empreendedora que ultrapasse a aversão ao risco e o estigma do insucesso ainda prevaletentes na cultura”. A perspetiva enunciada é que “a aptidão para o empreendedorismo não constitui um dom inato e natural”, sendo necessário trabalhar junto das escolas, com os alunos, competências que promovam o “espírito de competitividade”, o “gosto pelo risco”, a “capacidade de iniciativa”, “a liderança” entre outras, em nome da “igualdade de oportunidades” (pp. 6/7).

Podemos extrair daqui um conjunto de ilações sobre a emergência da *educação para o empreendedorismo* e sobre algumas das suas ideias centrais: 1) surge para dar resposta às demandas dos grupos económicos e empresariais, que apontam lacunas nas competências dos seus trabalhadores; 2) culpabiliza o sistema de ensino por essa falta de competências; 3) atribui à escola a finalidade de preparar recursos humanos capazes de se adaptar ao mercado de trabalho; 4) conseqüentemente, submete a educação aos interesses económicos.

Nesta nossa leitura crítica ecoa a denúncia do carácter utilitário, instrumental e pragmático atribuído à escola pela “ideologia da modernização” retratada por Correia (1999: 107), que igualmente refere que essa ideologia trouxe para o universo escolar, uma “semântica importada de um mundo industrial empreendedor e modernizado”, pontuada pelas noções de flexibilidade, qualidade, autonomia, em nome da satisfação dos seus clientes.

Trata-se, agora, de “aprender para ganhar” e de “conhecer para competir”, segundo os termos de Lima (2012). Criticando a concepção de “Aprendizagem ao Longo da Vida” que tem vigorado nas últimas décadas na agenda política da União Europeia, este autor ressalta o facto de a educação estar crescentemente subordinada ao ajuste da economia ao novo capitalismo, estabelecendo relações deterministas entre educação, produtividade e modernização económica. Ao abrigo desta relação se impõe o “aprender a obedecer” (Ferreira, 2012).

Souza (2006) e Frigotto (2004) advogam que estamos perante uma nova forma de exploração e dominação, expressa na pedagogia das competências e da empregabilidade. A sua eficácia materializa-se na capacidade de

interiorização de que o problema depende de cada um e não da estrutura social ou relações de poder. É tudo uma questão de “adquirir o ‘pacote de competências’ que o mercado reconhece como adequadas ao ‘novo cidadão produtivo’” (Souza, 2006: 221-222). Neste contexto, as manifestações e os efeitos da crise são de vária ordem – financeira, económica, social, política –, mas também de ordem cultural, na medida em que o discurso da crise gera uma cultura do medo e da resignação, transformando profundamente os sentidos e as formas da cidadania e da participação social.

Remetendo para o sistema de ensino finlandês, Komulainen (2011) afirma que o perigo da educação para o empreendedorismo reside justamente no seu carácter subtil. Ao contrário do empreendedorismo externo (relativo à habilidade de constituir uma empresa), que sempre foi vista como entrando em conflito com os valores da educação básica e portanto facilmente rejeitada, o empreendedorismo interno ou intra-empreendedorismo (relativo à atitude, ao ‘ser empreendedor’) tem tido bastante mais adesão, revelando-se um “cavalo de Tróia” através do qual as políticas neoliberais entram nos mundos do trabalho e da educação.

Podemos olhar estes fenómenos à luz do conceito de “sociedade de controlo”, proposto por Deleuze (1992: 224). No entender do autor teríamos passado de uma “sociedade disciplinar” - marcada pelo confinamento - para uma “sociedade de controlo”, em que os limites temporais e espaciais se esbatem, dando como exemplos a formação permanente e contínua ou o salário por mérito – na escola e na empresa-, em que “nunca se termina nada” e em que “homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado” (1992: 224).

Conclusão

Num mundo em permanentes e profundas transformações, a crítica tende a atrasar-se em relação aos avanços do capitalismo. O “novo capitalismo” baseado na “organização em rede” (Boltanski e Chiapello, 1999) e o neoliberalismo emergente nos anos 1980 beneficiaram avidamente do enfraquecimento da crítica, tendo-se tornado mais difícil submeter à análise crítica as suas causas e consequências. Desde o início da “crise global”, em 2008, e do lançamento, em Portugal, do programa de assistência financeira acordado com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, em 2011, essa dificuldade acentuou-se devido ao facto de as transformações que têm vindo a ocorrer na sociedade, no trabalho e, em particular, na educação – fruto de um conjunto de medidas de política educativa associadas aos cortes e às restrições orçamentais – terem gerado um sentimento de inevitabilidade. Por isso, as experiências ativistas

relatadas neste artigo têm procurado fomentar articulações fecundas entre os dois registos críticos que os autores acima referidos enunciam: a "crítica social" e a "crítica artista".

O princípio de uma máquina é simples: um conjunto de dispositivos ou de mecanismos combinados utilizam energia e trabalho para atingir um objetivo pré-determinado. O que procurámos evidenciar neste artigo foi como se processa a "máquina do empreendedorismo", em particular, num contexto de recessão, de transformações na esfera do trabalho e de crise nos vários planos: político, económico, social, cultural, educacional.

Através da produção e difusão de uma série de narrativas que se interligam - "o emprego é coisa do passado", "não podemos estar amarrados ao Estado", "o que conta é a atitude", "o desemprego é uma oportunidade", "o que é preciso é sermos empreendedores" - e da transposição desse senso comum para as políticas públicas, para as escolas, para os programas de organizações não-governamentais, para as universidades -, o empreendedorismo tem vindo a disseminar-se como discurso dominante, inquestionável e sedutor, encontrando terreno fértil em tempos de crise e austeridade. É neste contexto que, no âmbito dos movimentos e movimentações sociais, a responsabilidade social dos cientistas sociais assume uma relevância acrescida (Casa Nova et al, 2012).

Como em todas as máquinas e sistemas, há contradições e espaços onde podemos atuar e de onde podemos partir para modos de resistência. E há sinais que dão mostras de oferecer alternativas: a perceção de que é "economicamente" impossível uma sociedade sustentar-se apenas por negócios em conta própria, correndo-se o risco de termos uma "sociedade de empreendedores sem empresas" (Fernandes, 2013: 119); o surgimento de cooperativas e outras formas de organização associativa e comunitária que procuram, de forma coletiva, soluções para o desemprego estruturante.

O que a experiência com o Teatro do Oprimido permitiu e permite é, antes de mais, a criação de um tempo e de um espaço de discussão e reflexão coletivas que, fazendo uso de uma pedagogia da inquietação e da "pergunta", possibilitam o despontar de um processo de conscientização (Freire, 1979a). Os exercícios e jogos teatrais, o uso da linguagem metafórica, a mobilização de ferramentas de análise do poder e das estruturas sociais que a metodologia coloca à disposição contribuem para combater a "invasão de cérebros" (Boal, 2010), para desmontar e pôr a nu as máquinas e sistemas opressores. Por ser enraizado no diálogo e não no monólogo opressor, o Teatro do Oprimido é também um poderoso instrumento de desmistificação (Freire, 1979b).

Desconstruir as palavras que constituem os discursos dominantes que se movem nos campos empresarial, mediático e educativo - e.g., competência, colaborador, empregabilidade, excelência, qualidade - e recuperar outras que parecem desatualizadas - exploração, opressão, dominação, luta

de classes, emprego, direitos – é um exercício que, já de si, parece fazer emergir alternativas e energias emancipatórias. O facto de nos centrarmos na análise das contradições e nos espaços de resistência, possibilita combater algumas das mais poderosas tendências contemporâneas: a inevitabilidade, a resignação, o fatalismo.

Contudo, é apenas porque sai das quatro paredes da oficina que a experiência do Teatro do Oprimido congrega em si possibilidades emancipatórias. As alianças com grupos e movimentos sociais, a diversificação de espaços e linguagens (nas manifestações, nas reuniões, nos debates...), ou até a transformação dessa experiência em material académico, como este; evidenciam um esforço coletivo de resistência que não se coaduna com visões *fetichizadas* da metodologia nem com a atribuição de um “fim em si mesmo” ao Teatro do Oprimido.

Bibliografia

- BOAL, Augusto (2009). *A Estética do Oprimido*. Rio de Janeiro: Garamond.
- _____ (2010). *O Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Editora.
- BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Ève (1999). *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*. Paris: Gallimard.
- BOURDIEU, Pierre (1996). *A Economia das Trocas Linguísticas*. São Paulo: EDUSP.
- _____ (1998). *Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neo-liberal*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BRETON, Philippe (1999). *A Manipulação da Palavra*. São Paulo: Edições Loyola.
- BURAWOY, Michael (2006). Por uma sociologia pública. *Revista de Ciências Sociais*, nº 25, pp. 9-50.
- CASA-NOVA, Maria J., BENAVENTE, Ana, DIOGO, Fernando, ESTEVÃO, Carlos e LOPES, João T. (Org.) (2012). *Cientistas Sociais e Responsabilidade Social no Mundo Actual*. V.N. Famalicão: Húmus.
- CASTEL, Robert (2003). *As Metamorfoses da Questão Social: Uma crónica do salário*. Petrópolis: Vozes.

- CHAVES, Rosário e PARENTE, Cristina (2011). O empreendedorismo na escola e o paradigma das competências: o caso da Junior Achievement – Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 67, 65-84.
- CORREIA, José Alberto (1999). As ideologias educativas em Portugal nos últimos 25 anos. *Revista Portuguesa de Educação*, 12 (1), 81-110.
- COSTA, Alessandra (2010). *Convergências, Divergências e Silêncios: O discurso contemporâneo sobre o empreendedorismo nas empresas júnior e na mídia de negócio*. Tese de doutoramento. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Rio de Janeiro.
- _____ (2011). A dimensão histórica dos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo. *Revista de Administração Contemporânea*, 15 (2), 179-197.
- DELEUZE, Gilles (1992). *Conversações: 1972-1990*. São Paulo: Editora 34.
- DGIDC (2006). *Guia de Educação para o Empreendedorismo*. Lisboa: Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, Ministério da Educação.
- DGIDC (2007). *Guia: Promoção do Empreendedorismo na Escola*. Lisboa: Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, Ministério da Educação.
- ESTANQUE, Elísio, COSTA, Hermes A. e SOEIRO, José (2013) The new global cycle of protest and the Portuguese case. *Journal of Social Science Education*, 1, 1-23.
- FERNANDES, Luís (2013) O que faz falta é sermos empreendedores? In Nuno Serra, Miguel Cardina e José Soeiro (coord.), *Não Acredite em Tudo o que Pensa: Mitos do senso comum na era da austeridade* (109-121). Lisboa: Tinta-da-China.
- FERREIRA, Fernando Ilídio (2012). A ideologia da adaptação: tensões entre educação e trabalho no contexto da Aprendizagem ao Longo da Vida. In C. A. V. Estêvão (org.), *Políticas de Formação, Ética e Profissionalidade* (145-166). Curitiba: Editora CRV.
- FÓRUM ESTUDANTE (2014). Guia do 1º Emprego. *Revista Forum Estudante*, edição especial, Ano V.
- FREIRE, Paulo (1979a). *Conscientização: Teoria e prática da libertação*. São Paulo: Cortez & Moraes.
- _____ (1979b). *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- FRIGOTO, Gaudêncio (2004). Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In R. Novaes e P. Vanucchi (org.) *Juventude e Sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- GIROUX, Henry (2011). *On critical pedagogy*. New York: Continuum.
- HALE, Charles (2008). *Engaging contradictions: theory, politics, and methods of activist scholarship*. Berkeley: University of California Press.
- KENNY, Kate e STRIVER, Stacey (2012). *Dangerously empty? Hegemony and the construction of the Irish entrepreneur*. Disponível: <http://hdl.handle.net/10379/2692> (consultado em 31 de março em 2014)
- KOMULAINEN, Katri (2011). Internal entrepreneurship – a Trojan horse of the neoliberal governance of education? Finnish pre- and in-service teacher`implementation of and resistance towards entrepreneurship education. *Journal for Critical Education Policy Studies*, 9 (1), pp. 341-374.
- LIMA, Licínio (2012). *Aprender para Ganhar, Conhecer para Competir: Sobre a subordinação da educação na “sociedade de aprendizagem*. São Paulo: Cortez Editora.
- MC LAREN, Peter (2007). *Pedagogia Crítica contra o Império*. Mangualde: Edições Pedagogo.
- NÓVOA, António (2013). Entrevista. *Revista do Jornal Expresso*, 31 de Agosto.
- PAIS, José Machado (2012). A esperança em gerações de futuro sombrio. *Estudos avançados*, 26 (75), pp. 267-280.
- SCHOSTAK, J. & SCHOSTAK, J. (2008). *Radical Research: Designing, developing and writing research to make a difference*. London: Routledge.
- SOEIRO, José (2015), *A Formação do Precariado. Transformações no trabalho e mobilizações de precários em Portugal*. Tese de Doutoramento em Sociologia: Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- SOEIRO, J., CARDINA, M. & SERRA, N. (coord.) (2013). *Não Acredite em Tudo o que Pensa: Mitos do senso comum na era da austeridade*. Lisboa: Edições Tinta-da-China.
- SOUZA, Adriano (2006). Jovens e educação empreendedora: que discurso é esse? *Educativa Goiânia*, . 9 (2), pp. 217-229.

A "máquina do empreendedorismo": Teatro do Oprimido e educação crítica em tempo de crise

TEIXEIRA, Cláudia (2012). Educação para o empreendedorismo: um estudo sobre o Projeto Nacional de Educação para o Empreendedorismo. Tese de Mestrado. Universidade de Coimbra.

ZIZEK, Slavoj (2012). *O ano em que Sonhámos Perigosamente*. Lisboa: Relógio D`Água.

